

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.394 - SP (2019/0321282-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM E OUTRO(S) - SP067721
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS - SP291474
CARLOS PEDRO DA CRUZ GAMA - SP258073
RECORRIDO : FERNANDO JOSE DE SA
ADVOGADOS : LÉLIA APARECIDA LEMES DE ANDRADE - SP191551
ROSA LUZIA CATTUZZO E OUTRO(S) - SP175774

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. Sentença recorrida proferida sob a égide do Código de Processo Civil de 1973. Regramento que deve ser observado na admissibilidade e no julgamento do recurso. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. Expurgos inflacionários. Caderneta de poupança. Obrigatoriedade de liquidação da sentença genérica, devido à necessidade de apuração da titularidade da conta e existência de saldo positivo à época dos fatos. Impossibilidade de supressão da fase de liquidação. Correto o pedido inicial liquidatório. Imposição de andamento de fase executória. Inadequação. Anulação apenas dos atos executórios. Processo devidamente instruído, possibilitando o imediato julgamento. Aplicação analógica do art. 515, § 3º, do CPC/73 (atual art. 1.013, § 3º, I, do CPC). ILEGITIMIDADE ATIVA – TEMA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. Coisa julgada. Questão molecular dirimida com o trânsito em julgado da ação civil pública. Possibilidade conferida a todo o poupador que demonstre que foi lesado pela conduta do Banco a dar início à liquidação do julgado em seu domicílio. Desnecessidade de demonstração do vínculo associativo. COMPETÊNCIA - Sentença com efeito erga omnes para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores. Faculdade da parte na escolha do local onde promoverá a liquidação. Possibilidade de se processar tanto no domicílio do liquidante, quanto na localidade em que tramitou a ação condenatória. ILEGITIMIDADE PASSIVA – Não restou comprovado que os valores relativos aos depósitos de caderneta de poupança foram excluídos da transferência do ativo. Responsabilidade

exclusiva assumida inclusive pelas obrigações relativas às contas de poupança. Precedentes jurisprudenciais. CÁLCULOS – Apresentação em sede de liquidação. Diferenças existentes nos cálculos das partes que têm como fator preponderante o "dies a quo" dos juros de mora. JUROS REMUNERATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - Cabimento de juros remuneratórios e correção monetária, a ser realizada de acordo com a Tabela Prática de Atualização dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo das datas em que deveriam ter sido realizados os créditos e até o efetivo pagamento, sendo irrelevante a data de encerramento da conta. JUROS MORATÓRIOS – Os juros moratórios devem ser contados a partir da citação na Ação Civil Pública no percentual de 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 11 de janeiro de 2003. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Cabimento de honorários advocatícios na fase de liquidação devido à autonomia dos atos processuais desenvolvidos pelo liquidante em relação aos realizados na ação civil pública, nos termos dos §§ 3º e 4º (do art. 20 do CPC/1973). Recurso provido para anular os atos executórios praticados no processo de origem, e, por aplicação analógica do art. 515, § 3º, do CPC/73 (atual art. 1.013, § 3º, I, do CPC/15), acolher o pedido formulado na inicial para consolidar o débito no montante nela apontado.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A parte recorrente alega violação dos artigos 82, 91, 94 e 95 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; dos artigos 459, 460, 475-J, 535, 543-C e 586 do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 16 da Lei 7.347/1985; dos artigos 485, 490, 492, 783, 801 e 1.022 do CPC de 2015; dos artigos 229 e 233 da Lei 6.404/1976; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 206, 265, 397 e 627 do Código Civil de 2002; dos artigos 58, 60, 178, 512, 1.093 e 1.265 do Código Civil de 1916; e do artigo 6º da Lei 9.447/1997. Queixa-se de negativa de prestação jurisdicional. Argui ilegitimidades ativa e passiva. Sustenta a necessidade de liquidação da sentença da ação civil pública. Requer a suspensão do feito. Defende que os juros de mora devem correr a partir da citação na liquidação. Reclama de ofensa à coisa julgada. Pretende o afastamento dos juros remuneratórios.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, anoto que foi afetado ao rito dos recursos repetitivos o Recurso Especial 1.362.038/SP, conjuntamente com o Recurso Especial 1.361.869/SP, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos encargos advindos de expurgos inflacionários relativos a cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S/A, em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras (Segunda Seção, julgamento 28.5.2019, DJe 7.6.2019).

Observo que a questão afetada é discutida no presente recurso especial.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora